



POR WALTER LÍDIO NUNES
DIRETOR PRESIDENTE DA CMPC
CELULOSE RIOGRANDENSE

GUILLERME BALCONI

ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

Em meio à crise política, financeira, moral e ética pela qual o Brasil passa, a governança pública precisa tomar iniciativas para estimular os investimentos e destravar a economia. Não tendo poupança interna que suporte taxas de crescimento condizentes com o nosso potencial, existe a necessidade de atrair e internalizar capitais advindos da economia globalizada. Essa é uma estratégia que os países competentes procuram exercer.

No setor florestal, estimativas apontam a possibilidade de investimentos externos da ordem de R\$ 40 bilhões em empreendimentos agroindustriais, o que só será possível se o governo revir as restrições legais à compra de terras por empresas brasileiras de capital estrangeiro, de acordo com parecer da Advocacia Geral da União (AGU) de 2010. A restrição foi motivada pelo crescente interesse de fundos soberanos chineses em comprar grandes extensões de terras – a exemplo do que fizeram em países africanos –, somado à intenção de, em véspera de eleições, procurar atender a movimentos de reforma agrária. O parecer da AGU cita ameaças para justificá-lo: venda ilegal de terras públicas; cultivo em áreas de proteção ambiental; especulação do preço da terra; grilagem; biopirataria na Região Amazônica; recursos oriundos de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e prostituição; ampliação da produção de etanol e do biodiesel etc. Para todas essas preocupações, existem leis que as coíbem. Assim, foram bloqueados investimentos que poderiam contribuir para o crescimento do País. Deveríamos ter criado controles e critérios que possibilitassem decisões favoráveis para projetos que atendam aos interesses nacionais.

Todos os países, hoje, dependem da migração de capitais que não sejam voláteis. Refiro-me a capitais produtivos, que se internalizam para fazer girar a economia e provocar o desenvolvimento e a geração de empregos. Temos um imenso ativo estratégico do qual podemos tirar proveito: as terras.

Ao impedir a aquisição de terras por empresas brasileiras de capital estrangeiro, o Brasil reduziu o fluxo de capitais, que, à época, representava investimentos de R\$ 67 bilhões nos setores de celulose, álcool e insumos, entre outros. O sensato seria criar expedientes de controle e direcionadores para atrair negócios com visão de longo prazo e com a intenção de participar do nosso desenvolvimento, trazendo recursos e gerando prosperidade e empregos.

Uma possibilidade seria criar um Conselho Nacional de Terras com representantes dos principais Ministérios, como Planejamento, Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento, responsáveis por analisar os projetos de empresas brasileiras de capital estrangeiro com interesse em comprar terras, avaliando todas as suas etapas e desdobramentos, verificando se agregará valor ao País. Para autorizar o investimento que utiliza a nossa base fundiária, deveriam ser levados em conta os seguintes aspectos: é para uma atividade econômica que interessa ao Brasil? Incorpora um adensamento da cadeia econômica gerada dentro do País, em vez de simplesmente exportar matéria-prima agrária sem industrialização? As terras estão em uma região do País que seja interessante desenvolver?

O Brasil tem uma grande vantagem competitiva: clima, solo e tecnologia florestal para a produção sustentável de celulose, biorrefinarias e economia verde, somente para citar alguns aspectos. Comparativamente a outros países, usamos pouco esse potencial, pois nossos plantios florestais cobrem apenas 7,8 milhões de hectares, enquanto na China a área chega a 80 milhões de hectares para esse fim.

O atual governo promete rever, com inteligência e sem ideologias, as restrições do parecer da AGU. Qual risco corremos? Nenhum, se forem excluídos os sentimentos xenofóbicos, pois empresas nacionais de capital estrangeiro, como está previsto na Constituição, estão totalmente sujeitas à caneta brasileira. ■